

# considerações sobre um programa

O XXIV Congresso evidenciou que «o problema básico do movimento estudantil, nesse momento, é a desvinculação de seus líderes da grande comunidade universitária», para nos servirmos das palavras do novo presidente da UNE. O tema esteve presente em tudo que ali se fez: nos discursos e declarações, nas articulações eleitorais, nas discussões dos grupos. É o principal ponto de referência do programa da chapa vencedora, informando quase todos os seus itens («tornar a UNE itinerante», «contato freqüente com as UEE», «realizar uma pesquisa sobre participação estudantil», «criar uma imprensa universitária nacional», planejar uma política de reforma universitária, etc.). Constitui-se, agora, na grande preocupação dos novos responsáveis pelos destinos da entidade máxima. Parece, pois, oportuno um esforço tendente a bem situar o problema, a fim de evitar que ambigüidades ou mal-entendidos venham a viciar sua solução.

## distinção necessária

O primeiro aspecto a ser considerado é a maneira específica pela qual os estudantes encaram a questão, que nem um momento pode ser confundida com a que caracteriza a atitude de certa imprensa. Esta, na realidade, preocupa-se muito pouco com o fato de o estudante não participar ativamente no plano político; pelo contrário, seu objetivo é precisamente impedir essa participação. A atenção que dedica ao assunto, e que lhe serve de matéria para campanhas desonestas e mal-intencionadas, visa tão somente a desmoralizar as entidades estudantis, cujas tomadas de posição são contrárias aos interesses que essa imprensa defende.

Na mesma ordem de idéias, é necessário distinguir a preocupação manifestada pela vanguarda estudantil, em relação ao problema da participação política, da que se exprime através de moralistas como o sr. Gustavo Corção. Para estes, não compete aos estudantes preocupar-se com as questões de que depende o sorte do país em que vivem e do qual irão ocupar amanhã os postos de direção. No seu entender, deveriam os jovens limitar-se a estudar o que se lhes ensina, e esperar que a geração mais velha lhes transmita o comando do barco — ainda que essa geração esteja atirando o barco contra recifes. A tese é tão absurda que dispensa comentário.

Quando levantam o problema da vinculação das vanguardas às bases, a fim de conferir maior efetividade à participação política, os estudantes não tomam em consideração nenhuma dessas duas correntes. Não estão preocupados com o fato de o Globo negar representatividade às entidades de classe, nem experimentam pruridos de arrependimento motivados por doutos sermões. Os resultados de Caio Martins constituem, para um e outros, boa resposta: mais de 600 representantes de todo o país subscreveram uma declaração de princípios que ratifica e aprofunda a orientação da UNE nos últimos anos: aprovaram relatórios das comissões que são mais radicais que todas as atitudes tomadas pela entidade; e votaram maciçamente na chapa cuja plataforma era levar avante o que iniciara a gestão anterior.

## crise de crescimento

A preocupação dos estudantes com esse duplo problema — o da vinculação e o da participação — é, antes, uma prova de maturidade. É a própria expansão do movimento estudantil, é sua importância no esquema de forças existente no país, que o força a uma pausa para

## reportagem de Rui Mauro Marini

reflexão, a um exame de sua situação, a um esforço de recomposição e revigoração. Para, em seguida, e a partir daí avançar mais um passo, concretizando suas formulações, fundamentando e objetivando seus ideais, radicalizando, enfim, suas posições.

Vale dizer que, nesse terreno — como nos demais — a posição do movimento estudantil é diametralmente oposta à dos globos e corções, e marcha em direção inversa à que esses preconizam. É por isso que, amanhã, ainda que os 100 mil universitários brasileiros se reúnam em praça pública para proclamar seu apoio à UNE e ao princípio da participação política, o Globo continuará a negar a representatividade à entidade máxima e o sr. Gustavo Corção escreverá nova crônica sobre «o crime do século».

Posta nestes termos, a questão se resume, para a nova diretoria da UNE, primeiro, em não fechar os olhos para o problema, temendo a exploração desonesta dos que se interessam em neutralizar o estudantado. A exploração se fará de qualquer maneira, os estudantes forneçam ou não pretexto para isso. Segundo, em procurar equacionar o problema da participação de modo objetivo. O programa anunciado pelo atual presidente oferece base segura nesse sentido. É conveniente, todavia, que tal equacionamento não perca de vista a inserção do problema nas condições gerais do país e, mais concretamente, do sistema econômico, social e político em que se produz.

## indicações para a pesquisa

No que diz respeito à pesquisa sobre a participação estudantil, os artigos que César Guimarães vem publicando, ao pé desta página, são valiosos e oferecem bom exemplo do **approach** mais indicado para esse tipo de estudo. É imprescindível, com efeito, que não se caia na facilidade de tomar o estudante como categoria social definida, isolada da classe social a que pertence. Sob muitos aspectos, como frisou César, as dificuldades com que se defronta, agora, o movimento estudantil decorrem da origem social dos contingentes universitários — marcadamente de classe média.

Outro fato que não pode ser negligenciado é a dinâmica do poder que prevalece nas sociedades capitalistas. Aqui, a teoria sociológica que se inspira no princípio da estratificação social para explicar a fraca participação popular na vida política proporciona excelente pista. Essa teoria parte da afirmação de que a ordem estabelecida é defendida pelas classes dominantes, as quais detêm em suas mãos os instrumentos e

as instituições políticas (imprensa, partidos, governo, etc) e empregam-nos no sentido de manter o status quo. As classes populares são impedidas de intervir na vida política pelo fato de, encontrando-se em posição desvantajosa na estrutura social, tenderem, sempre que o fazem, a subverter a ordem existente.

Diferentes estudos realizados sobre o assunto confirmam o fato. Citemos, especialmente, uma pesquisa de opinião efetuada nos Estados Unidos e publicada na *Political Science Review*, de dezembro de 1950, a qual, sobre uma amostra de 8.000 pessoas, revela que as percentagens de forte participação eram de 69% para as classes mais elevadas (nível A) e de somente 12% para as mais desfavorecidas (nível D). Utilizando o critério da qualificação profissional, concluiu a pesquisa que, para a elite administrativa e os profissionais liberais, a forte participação era de 63%, contra somente 20% para os operários.

Os estudos sobre a participação eleitoral, nos países em que atingiram nível mais avançado, como Estados Unidos, França e Inglaterra, reafirmam essa tendência e acrescentam outros fatores de influência — idade, sexo, religião, habitat geográfico, etc. Observemos, a propósito, que, com referência à idade, esses estudos indicam que os jovens votam menos que os adultos, mas o fazem de preferência pelas correntes radicais. O que leva à conclusão de que um rejuvenescimento da população conduz à radicalização do corpo eleitoral.

## tarefa inadiável

Se a pesquisa sobre a participação estudantil é o ponto do programa apresentado por Aldo Arantes que se relaciona mais diretamente com o problema de que tratamos aqui, o programa apresenta outros que não devem ser desprezados. Dentre eles, a formação de um centro de estudos, cuja utilidade prática para a atividade de esclarecimento que cabe à UNE é fundamental. Tomemos o exemplo da reforma agrária: duas correntes batem-se, neste momento, quanto ao tipo de reforma a ser empreendida pelo governo. Uma, que recomenda a expropriação de terras acompanhada de indenização, para distribuição das mesmas ao camponês; outra, que afirma que tal expropriação, fazendo subir o preço da terra, provocará a desapropriação em massa de milhares de camponeses, e agravará a situação, ao invés de solucioná-la. Não basta à UNE optar por uma das duas correntes, para cumprir sua tarefa de vanguarda estudantil; é necessário que fundamente sua escolha, de maneira didática — o que exige um assessoramento competente.

A criação de uma imprensa estudantil de âmbito nacional liga-se à idéia do centro de estudos, pois é o instrumento que servirá à entidade para veicular seu pensamento. A ampliação do movimento de cultura popular corresponderá a engajar o estudantado numa atividade social prática, de incalculável importância para seu amadurecimento teórico. A bandeira da reforma universitária continua sendo a que mais possibilidades oferece como ponte de duas mãos entre o movimento estudantil e as classes populares.

Outros aspectos do programa da UNE poderiam, ainda, ser ressaltados. Contentamo-nos, porém, em assinalar sua positividade e expressar nossa convicção de que sua aplicação constitui tarefa inadiável. O movimento estudantil vem sendo ameaçado de todos os lados, por manobras as mais diversas. No momento em que uma crise de crescimento confere atualidade a certos problemas surgidos em seu seio, a alternativa que se oferece à UNE só pode ser uma: resolver esses problemas e criar condições para uma fase superior de evolução; ou falhar em sua missão e se tornar responsável pela eventual falência do próprio movimento de que constitui a vanguarda.